Congresso Sindipetro RJ 2019

1 - RESOLUÇÕES E ENCAMINHAMENTOS APROVADOS
2 - DELEGADXS ELEITXS

RESOLUÇÕES

➠Este Congresso deve aprovar um manifesto a todas as Centrais Sindicais para que convoquem uma Greve Geral Contra a Reforma da Previdência e delibera desde já que os petroleiros também atenderão a este chamado e cruzarão os braços em defesa da aposentadoria.

➠A proposta *"Organizar já a Greve Nacional Petroleira"* foi destacada por delegados, encaminhou-se que os proponentes e destacantes iriam conversar para ver ser se era possível o consenso, pois os pontos levantados não eram necessariamente contrários à greve, mas apresentavam discordâncias quanto à relação com a Greve Geral, hierarquia, cronologia etc. O congresso ao reapreciar a pauta fez o encaminhamento deste debate para o congresso nacional, sem decisão de aprovação das propostas.

➠Calendário Unificado de mobilizações já!

. Barrar a Reforma da Previdência e os ataques à Petros. Em defesa dos Aposentados!
. Defesa da Petrobrás e de nossas reservas contra a privatização e o desmonte. em defesa dos concursos públicos e pela redução do preço dos combustíveis
. Nenhuma perda de direitos, empregos ou remuneração dos trabalhadores próprios, contratados ou do setor privado.
. Contra o equacionamento, a perda da AMS, a ameaça à PLR, o PPP, o Sistema de Consequências e as demissões
. Defesa dos sindicatos, do direito à sindicalização e liberdade de organização e de opinião. Abaixo a MP 873!
. Fora Castello Branco!

➠Carta ao Congresso Estadual da FUP, apresentando a proposta de um calendário unificado de mobilizações, com os eixos acima indicados, propor a realização de um encontro unificado; montar uma comissão de dirigentes e delegados de base para levar a Carta.

➠Proposta de pauta do ACT - Apresentar à Petrobrás o atual acordo acrescido das pautas: questões ligadas à estabilidade no emprego e proteção contra o assédio, fim das transferências arbitrárias, fim do desmonte e privatização da empresa, não discriminação entre PCAC e PCR, primeirização da mão de obra da empresa sendo expressamente contrários à terceirização da atividade fim, defesa do direito à aposentadoria digna e reajuste da inflação mais ganho real no salário base, homogeinização dos acordos regionais e Benefício Farmácia.

➠Nenhuma diferença entre as pautas deve ser motivo para impedir a mais ampla unidade de ação da categoria. Buscar unificação da pauta.

➠Mesa Única com os 18 sindicatos nas negociações do ACT.

➠Denunciar e combater qualquer tipo de prisão política (Assange, Lula, Daniel Ruiz, etc), perseguição às lideranças e ao livre pensamento! Lutar pelos direitos constitucionais e democráticos, denunciando as violações.

➠Solidariedade ao petroleiro argentino preso por lutar, Daniel Ruiz

. Ratear com a FNP a contribuição de R$1.000,00 até ele ser libertado, para subsistência da família;
. Enviar 2 companheirxs para visitá-lo na cadeia;
. Carta à OIT denunciando a prisão arbitrária;

. Carta ao Cônsul argentino denunciando a situação e solicitando agendamento de reunião.

➡Com base em resoluções do congresso anterior do Sindipetro RJ, de estreitar relações e experiência com processos de construção de alternativas de direção para o movimento, defendemos o envio de uma delegação de 10 companheirxs como delegados / observadores ao IV Congresso da CSP-CONLUTAS em agosto. Na oportunidade, movimento semelhante será feito às demais alternativas que se apresentarem (Intersindical, Enclat etc.)

➡Três meses após o fechamento do ACT, o Sindipetro RJ realizará um plebiscito, entre os associados, precedido de debate organizado em suas mídias e em setoriais nas bases, para deliberar sobre a questão de filiação a Central Sindical. As opções da cédula serão os nomes das Centrais apresentadas por algum associado, além da opção "não se filiar a Central".

➡Campanha contra perseguições, opressões, assédios e demissões.

➡Campanha e orientação contra o Sistema de Consequências

➡Continuidade e fortalecimento da Campanha O PETRÓLEO TEM QUE SER NOSSO; Pela retomada das obras; articular apoio com associação de moradores, igrejas etc. para conscientização da população

➡Assinatura do Manifesto à nação das vítimas da ditadura empresarial militar (ANEXO II)

➡Campanha em defesa dos Terceirizados

➡Campanha contra a Reforma Trabalhista

➡Não aceitar qualquer tentativa da empresa em discutir os acordos das distintas empresas do Sistema Petrobrás de forma separada

➡Incentivo às Comissões de Base

➡Montar um grupo de petroleirxs para visitar as lideranças em prol da unidade do movimento

➡Benefício Farmácia - ampliar lista de doenças cobertas / reembolso integral / sem piso/teto / ampliar rede de farmácias

➡Contra o Petros 3

➡Acesso dos *crachás azuis* (aposentados) a todas as unidades

➡Encontro Nacional dos Petroleiros das bases da FNP e FUP

➡Campanha contra a entrega da Base de Alcântara

➡Contra a centralização da EXP

➡Contra a caracterização da Consultoria Técnica como um cargo de confiança

➡Realização de eventos culturais, esportivos etc. como forma de aproximação e integração

➡ "Banquinhas de conscientização" para conversar com as bases sobre sindicato, reforma da previdência, greve, etc.

➡Criação de um GT com a base para discutir o ACT e acompanhar a implementação das resoluções do Congresso, funcionando como um comitê de mobilização

➡Homenagear o auditório da Av. Passos com o nome de Fernando Autran, primeiro presidente do Sindipetro-RJ

➡Encaminhar o debate sobre um fundo de mobilização e seu financiamento para decisão da diretoria

Propostas não aprovadas nem rejeitadas, remetidas ao Congresso Nacional

➡Cota de mulheres (16% ou mais) na composição da diretoria da entidade

➡PLR vitalícia e equânime

➡FENUP (criação de uma federação unificada de FNP e FUP)

➡Regime de 6hrs para Consultor

➡Almoço de 30 minutos opcional

➡Cláusula para garantia do abono

➡Banco de Horas para afretados

➡Garantir o pagamento de PLR via ACT (contra a remuneração variável)

➡Acompanhar filhos/pai/mãe (dependentes) em situações de adoecimento

➡As transferências de empregado precisam considerar questões de saúde, familiares

➠Benefício ACT – retirada da cláusula de incapacidade permanente
➠Manter a possibilidade dos aposentados permanecerem trabalhando tal como ocorre atualmente

ANEXO I - Votação dos DELEGADOS ao Congresso Nacional
Os delegados eleitos como titulares estão em verde

Número de votos	Nome
38	Cafu
34	Leonardo
33	Moara
30	Castellani
30	Vicente de Oliveira
29	Caroline Mattos
28	Fabíola
27	Buca
27	Raíra
27	Alberto
26	Herli
26	Ilídia
25	Claiton
25	Eduardo Herinque
25	Gilberto
25	Natália
25	Patrícia
25	Roberto Santos
24	Denilson

24	Roberto Ribeiro
23	Ana Paula
23	Brayer
23	Jorge Rosa
23	Dias
23	Mauriceia
22	Alexandre
22	Guedes
22	Vinicius
21	Marun
21	Sérgio Paes
20	Furtado
20	Nilson
20	Tiago Amaro
19	Paulo Moreira
19	Tyronil
18	Eduardo Caetano
18	Chagas
18	Nascimento
17	Ivan Luiz
17	Mateus

16	Gabriel
16	Ricardo Caetano
15	André Luiz Martins
15	Igor
15	Marcos Antônio
14	Denir
2	Rabello

ANEXO II - Manifesto à nação das vítimas da ditadura empresarial militar

A transição democrática está em risco no Brasil: um alerta das vítimas da ditadura militar.

A decisão de celebrar e homenagear o golpe de Estado de 1964 por meio da conta oficial de Whatsapp do Palácio do Planalto é o ponto político mais alto de uma agenda de desmonte da memória da ditadura militar empreendida pelo governo Bolsonaro.

Ninguém pode dizer-se surpreso sobre a posição favorável do atual presidente da República em relação à ditadura militar, ao uso da tortura e à prática de assassinatos pelo regime. Antes, durante e depois da campanha eleitoral se denunciou e se comprovou mediante gravações e discursos públicos o seu pouco apreço aos valores democráticos. De tão abominável, muitos diziam que se trataria de retórica política e que, sendo eleito, ele assumiria uma postura constitucional. Os fatos e as medidas concretas do atual governo revelam que o absurdo se tornou realidade e ela é mais séria que os mais otimistas poderiam imaginar.

Em apenas 3 meses o governo Bolsonaro já implementou as seguintes ações concretas:

1. Paralisou os orçamentos das duas Comissões de Reparação às vítimas da ditadura: a Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e a Comissão de Anistia.

2. Depois de 18 anos de existência, transferiu a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça para que ficasse sob a tutela ideológica do novo Ministério dos "Direitos Humanos e da Família" que orbita sob a influência política da família Bolsonaro.

3. Reduziu a atuação institucional da Comissão de Anistia exclusivamente à reparação econômica, retrocedendo no princípio da reparação integral que inclui também a reparação simbólica, moral e psicológica como eixos integrantes do dever do Estado em proteger o direito de todas as vítimas. Além disso, anunciou que adotará a prática de novas interpretações restritivas à lei, agravando a segurança jurídica, o que acarretará crescente judicialização do assunto e uma intencional lentidão processual para o exercício dos direitos de pessoas que hoje tem idade avançada.

4. Empreenderam-se deliberadamente pronunciamentos difamatórios ao importante trabalho dos projetos de memória e reparação realizados pela Comissão de Anistia, tentando escandalizar a produção das inúmeras publicações que fizeram parte dos programas dos governos anteriores e que davam cumprimento à missão do Estado em informar sobre as violações e a história do passado como fortalecimento das garantias para a sua não repetição. O dever do governo é o de difundir os livros de memória, cujas (re)impressões ficaram prontas na véspera da saída do governo Dilma e que tiveram a sua distribuição interrompida pelo governo anterior.

5. As páginas públicas na internet com os dados de transparência e dos Arquivos da Comissão de Anistia foram subitamente retiradas do ar, colocando em risco a preservação do seu histórico, cujos processos de reparação são declarados patrimônio da Unesco.

6. O governo requentou os problemas da construção do Memorial da Anistia, o primeiro e único museu federal dedicado à memória da ditadura e de homenagem às vítimas. Interrompeu o andamento da construção alegando situações, conhecidas e existentes há mais 3 anos, devido a problemas administrativos vividos pela UFMG em sua execução. Segue ainda sob o risco de uma tentativa de criminalização, desde quando se disparou uma operação policial que, arbitrariamente, conduziu coercitivamente a toda administração superior da Universidade de diferentes distintas gestões engajadas em sua implementação. Independentemente da existência de irregularidades administrativas sanáveis, é obrigação do Estado a finalização da obra, exigida por sentença da Corte Interamericana de Direitos Humanos, sendo que existe parecer do Ministério Público Federal recomendando a sua finalização.

7. O governo nomeou como novo presidente da Comissão de Anistia um notório adversário da agenda da reparação e da memória, um ex-advogado do gabinete parlamentar do filho do presidente da República, que atuava junto aos tribunais para anular o direito à reparação das vítimas da ditadura, especialmente aos camponeses do Araguaia. Um outro novo componente nomeado para o órgão de reparação é um general da

reserva defensor de Carlos Alberto Brilhante Ustra, ex-chefe do DOI-CODI e apontado como um dos principais torturadores da ditadura militar. Este recém nomeado foi o autor do prefacio do livro de Ustra, que nega e justifica as graves violações aos direitos humanos. Estas nomeações são um escárnio que subverte as finalidades institucionais do órgão legal de reparações, criado ainda no governo do presidente Fernando Henrique, e que possui quase 10.000 requerimentos de reparação pendentes de avaliação. É dever das atuais autoridades cumprir a lei e dotar a Comissão de Anistia e sobre Mortos e Desaparecidos Políticos de recursos e estrutura suficiente para funcionar adequadamente.

8. Incluiu na reforma da previdência um dispositivo que rompe o principal elemento do modelo da transição democrática. Como se sabe, o Brasil é um dos poucos países da região que não puniram os seus torturadores e militares repressores da ditadura. Mas a lei de anistia estabelecida em 1979, reiterada e ampliada no artigo 8 da Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição de 1988, estabelece o direito à indenização para todas as vítimas. Passados 40 anos da lei de anistia, o governo Bolsonaro agora quer equiparar o regime indenizatório, advindo dos danos materiais sofridos pelas pessoas atingidas pelos atos de perseguição política, com o regime previdenciário das suas aposentadorias ordinárias. Tenta assim, de forma retroativa, obrigar às vítimas da ditadura anistiadas políticas a decidirem entre o direito de receber a indenização pelo prejuízo em seus projetos de vida pessoais ou o direito às suas aposentadorias acumuladas, pelo regime contributivo ao longo de suas vidas profissionais. Ou seja, na prática, estão sorrateiramente extinguindo as indenizações para as vítimas da ditadura. Esta grave e inconstitucional proposta da reforma da previdência revela toda a desonra do governo Bolsonaro com os compromissos assumidos na transição democrática inacabada.

Além da indignidade de haver celebrado oficialmente um atentado à democracia, o governo Bolsonaro claramente trabalha com uma agenda coordenada e dirigida para romper com o dever de reparação às vítimas, criminalizar os atos de memória, rever outros compromissos internacionais assumidos pelo país e tentar estigmatizar o processo de reparação histórica. Estamos convictos de que estas são medidas de radicalização do governo que atingem o conteúdo essencial dos elementos constitucionais que permitiram ao Brasil redemocratizar-se.

Essa situação deve ser alertada interna e internacionalmente. Será necessária a mobilização ampla de todos os setores democráticos para impedir tal retrocesso ao legado de toda uma geração anterior do campo democrático.

As novas gerações precisam assumir a responsabilidade de se levar adiante estas conquistas. Será um teste para a nossa jovem democracia acompanhar e saber se as demais instituições brasileiras atuarão de maneira independente e irão servir como contrapeso a esse novo tipo de autoritarismo.